

ANEXO III

Execução e implantação do PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio

CONSIDERAÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de se executar e implantar o **PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio** nas unidades escolares sob a responsabilidade do município, conforme exigências da legislação vigente, LC 14.376/13 e alterações, as considerações constantes a seguir deverão ser atendidas para fins de contratação de empresa para a **execução e implantação do PPCI** segundo os projetos que foram elaborados e aprovados no Corpo de Bombeiros do Município, já estando em poder da Secretaria de Educação para que possam ser disponibilizados para a execução e para a implantação pela empresa.

Os projetos foram elaborados com a finalidade de adequar as unidades às condições de segurança exigidas para proporcionar a devida segurança aos usuários e evitar riscos às edificações, considerando, ainda, que os órgãos competentes vêm fiscalizando os estabelecimentos do Município com o intuito de verificar o pleno cumprimento à legislação.

Considerando que foi finalizada a fase inicial para a adequação, que consistia em elaborar os projetos para o PPCI das edificações, cuja aprovação já ocorreu no Corpo de Bombeiros, e que culminou com a emissão dos Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndios ou dos Certificados de Aprovação, a empresa contratada ficará responsável por **executar e implantar o PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio**, fornecendo e instalando os equipamentos necessários de acordo com os quantitativos e nos locais previstos em projeto. Para os projetos contemplados com Central de Gás, deverão ser realizados os devidos testes de estanqueidade da rede GLP de acordo com o laudo, ocorrendo o mesmo para o SPDA - Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, se constatada a necessidade de execução, em projeto, para os mesmos.

Também ficará sob a responsabilidade da empresa contratada a execução de modificações necessárias nas edificações no que se refere a saídas de emergência ou quaisquer modificações segundo os projetos aprovados pelo Corpo de Bombeiros, para a implantação do PPCI na íntegra.

Cabe salientar que, conforme disposto nos projetos, para algumas edificações existe a exigência de se ministrar cursos para a participação da gerência da edificação visando à prevenção e a segurança da edificação, de maneira a integrar a brigada de incêndio com os equipamentos instalados e outros previstos nos projetos, como medidas compensatórias de segurança. O método de integração entre a equipe da brigada de incêndio e o sistema de combate a incêndio que será instalado na edificação deverá envolver cursos de treinamento de brigada de emergência, segundo os projetos aprovados para as edificações em atendimento à legislação. O conteúdo programático deverá ter abrangência na área de proteção contra incêndio, envolvendo a prática com extintores, métodos de extinção, psicologia das emergências, formação de equipes, GLP e plano de emergência conforme previsto pela LC 14.376/13 e alterações. A brigada de Incêndio atenderá às Legislações Estaduais, Normas Técnicas e Instruções Técnicas vigentes à época da contratação.

Após a execução e implantação do projeto na íntegra pela empresa, haverá a realização do pedido de vistoria para a edificação no Corpo de Bombeiros, ficando a cargo do profissional técnico pela empresa contratada. **O profissional responsável perante a empresa ficará responsável pela implantação e pela execução, cuja ART ou RRT deverá constar o serviço específico, devendo, ainda, ter o registro do profissional vinculado à empresa.**

Portanto, após a execução do projeto, a edificação deverá estar apta para ser vistoriada pelo Corpo de Bombeiros do Município, mediante pedido a ser efetivado pela própria empresa contratada, culminando com a emissão do Alvará do PPCI com a respectiva validade.

O trabalho será considerado plenamente executado somente após todos os equipamentos instalados, com a sinalização fixada de acordo com a Norma, com as saídas adaptadas e com a efetiva vistoria pelo Corpo de Bombeiros, que deverá atestar que o projeto executado atendeu plenamente o que estabelece a legislação pertinente, que tem por objetivo estabelecer as normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado.

Cabe salientar que o pagamento será efetivado somente após o pleno atendimento a todos os quesitos descritos nesse anexo, e com a efetiva entrega do Alvará do PPCI.

Capão da Canoa, 09 de março de 2026.